



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DE S. SALVADOR DO BURGO DE AROUCA

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONSULTA PRÉVIA

(Artigo 112.º, N.º 1, do Código dos Contratos Públicos)

Aquisição de serviços | Procedimento CPG-3-2022 | Caderno de Encargos



Instituição Particular de Solidariedade Social
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública n.º 504 441 949
Lugar de Salvador 4540-226 AROUCA – TEL: 256 948 068
www.cspburgo.pt e-mail: geral@cspburgo.pt / cbarouca@gmail.com

ÍNDICE

PARTE 1 - CLÁUSULAS GERAIS.....	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a – Objecto do Procedimento.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a - Proposta	4
Cláusula 4. ^a - Prazo de vigência.....	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I- OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	5
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 6. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens	5
Cláusula 7. ^a - Entrega do bem objeto do contrato.....	5
Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 9. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE.....	6
SÃO SALVADOR DO BURGO DE AROUCA.....	6
Cláusula 10. ^a - Preço contratual	6
Cláusula 11. ^a - Condições de Pagamento	7
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 12. ^a - Penalidades Contratuais.....	7
Cláusula 13. ^a - Força Maior	8
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte do contraente público.....	9
Cláusula 15. ^a - Resolução do contrato pelo prestador do serviço	9



Cláusula 16. ^a - Seguros	9
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO	9
Cláusula 17. ^a - Caução	9
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 18. ^a - Foro competente	10
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 19. ^a - Cessão da posição contratual	10
Cláusula 20. ^a - Gestor do Contrato.....	10
Cláusula 21. ^a - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 22. ^a - Contagem dos Prazos.....	10
Cláusula 23. ^a - Legislação Aplicável	10
CLÁUSULAS ESPECIAIS	11
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	11
Cláusula 24. ^a - Especificações técnicas.....	11

PARTE 1 - CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a – Objecto do Procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a realização dos projectos de licenciamento de especialidades, projectos de execução e assistência técnica na interpretação das peças do projecto, no âmbito da construção de um Lar Residencial.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

4

Cláusula 3.^a - Proposta

A proposta deve incluir:

- Preço do bem a fornecer, nas condições constantes das especificações técnicas, sem a inclusão do IVA;

Cláusula 4.^a - Prazo de vigência

O prazo de vigência do contrato é de 300 dias após a conclusão do procedimento pré-contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I- OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5.^a - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) É obrigação do prestador de serviços a realização dos projectos de licenciamento de especialidades, projectos de execução e assistência técnica na interpretação das peças do projecto, no âmbito da construção de um Lar Residencial, tal como referido na cláusula 1.^a;

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e tecnologias que sejam necessários e adequados à devida aprovação dos projectos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento, cumprir com zelo as obrigações emergentes do contrato, dar resposta célere por solicitação do Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca.

3. O adjudicatário obriga-se a garantir que os fornecimentos no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

5

Cláusula 6.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca cópias de todos os projectos objecto do contrato;

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;

3. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

Cláusula 7.^a - Entrega do bem objeto do contrato

Os projectos devem submetidos para aprovação nas entidades próprias e ser deverá entregue uma cópia no Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca, no prazo máximo de 60 dias, após a celebração do contrato, para a elaboração dos projectos de especialidades e no prazo máximo

de 150 dias, após a aprovação das especialidades, para a elaboração dos projectos de execução de acordo com o definido no presente caderno de encargos.

Cláusula 8.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

6

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO SALVADOR DO BURGO DE AROUCA

Cláusula 10.ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, não excedendo os 21.000,00 € (vinte e um mil euros) + IVA.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3. O valor será pago da seguinte forma:

- a. 50% com a aprovação dos projectos de licenciamento;
- b. 45% com a entrega dos projectos de execução

Aquisição de serviços | Procedimento CPG-3-2022 | Caderno de Encargos

- c. 5% no final da assistência técnica

Cláusula 11.^a - Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca, nos termos da cláusula anterior, será paga no prazo máximo de 30 dias úteis, após a recepção pelo Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca da respectiva fatura, as qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

2. Em caso de discordância por parte do Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária, devendo o fornecedor indicar o IBAN para efeito.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12.^a - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: $P=V \cdot A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor o contrato/do fornecimento dos serviços em atraso e A é o n.º de dias em atraso;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 0,5% até 20% do valor do contrato;

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento;

4. O Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula;

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 15.^a - Resolução do contrato pelo prestador do serviço

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o prestador do serviço pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há 120 dias;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

9

Cláusula 16.^a - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador do serviço a cobertura, através de contratos de seguro, de todas as situações que possam advir do decorrer da prestação do serviço;
2. O Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de três dias.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO

Cláusula 17.^a - Caução

Não exigível prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.^a - Cessão da posição contratual

A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a - Gestor do Contrato

Nos termos do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos foi nomeado Gestor do Contrato, Angelo Emanuel Quaresma Teixeira Campelo de Sousa, Secretário da Direcção, residente na Rua do Soto, n.º 58, 4540-226 Burgo, Arouca.

Cláusula 21.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a - Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 23.^a - Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Em tudo o não previsto neste caderno de encargos aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto e demais legislação aplicável.

CLÁUSULAS ESPECIAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 24.^a - Especificações técnicas

1. Elaboração de **projetos de licenciamento de especialidades** aplicáveis – Prazo máximo 60 dias
2. (Após aprovação dos projetos de licenciamento) Elaboração dos seguintes **projetos de execução** - Prazo máximo 150 dias:
 - Arquitetura
 - Arranjos Exteriores
 - Estabilidade e fundações
 - Abastecimento de água
 - Rede de drenagem de águas residuais
 - Rede de águas pluviais
 - Acústico
 - Plano de segurança de saúde - projeto
 - Plano de prevenção e gestão de rcd's
 - Eletricidade
 - Telecomunicações (ITED)
 - Instalações mecânicas- AVAC
 - Segurança contra incêndio em edifícios
 - Térmico
 - Segurança integrada
 - Instalações eletromecânicas – Ascensores
3. Assistência técnica à interpretação das peças do projeto

Burgo, 01 de Junho de 2022